

ciência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sob qualquer outra preferência legal.

16.1.2 — A ordenação dos candidatos que se encontrem em situação de igualdade de valoração e em situação não configurada pela lei como preferencial, é efectuada, de forma decrescente, tendo por referência os seguintes critérios:

- a) Valoração da Habilitação académica de base (HAB)
- b) Valoração da Experiência Profissional (EP)
- c) Valoração da Formação Profissional (FP)
- d) Preferência pelo candidato de maior idade.

16.2 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados e dos excluídos no decurso da aplicação do método de selecção Avaliação Curricular é notificada, para efeitos de audiência de interessados, nos termos do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

16.3 — A lista unitária da ordenação final dos candidatos, após homologação da Directora do Agrupamento de Escolas do Torrão, é disponibilizada em edital afixado nas respectivas instalações, em data que constará de Aviso publicitado na 2.ª série do *Diário da República*, pela Direcção Regional de Educação do Alentejo.

17 — Em cumprimento da alínea *h)* do artigo 9.º da Constituição, «A Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades, entre homens e mulheres, o acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar, toda e qualquer forma de discriminação».

18 — Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o preenchimento dos postos de trabalho a ocupar.

19 — Nos termos do disposto n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01, o presente Aviso é publicitado, na 2.ª série do *Diário da República*, bem como na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à publicação na 2.ª série do *Diário da República*, e, no prazo máximo de três dias úteis contados da mesma data, num jornal de expansão nacional.

10 de Setembro de 2010. — A Directora, *Maria Madalena Soares Serra*.

203685925

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 14521/2010

Considerando que, nos termos do n.º 1 do artigo 93.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 86.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro (regime jurídico das instituições de ensino superior), os presidentes das escolas superiores politécnicas não integradas públicas são eleitos pelos respectivos conselhos gerais nos termos estabelecidos pelos estatutos de cada instituição e segundo o procedimento previsto no regulamento competente;

Considerando que, nos termos da alínea *d)* do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, compete ao ministro da tutela do ensino superior homologar a eleição dos presidentes das instituições de ensino superior públicas;

Considerando o disposto na Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, bem como nos Estatutos da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, homologados pelo despacho normativo n.º 16/2009, de 7 de Abril;

Considerando que o conselho geral da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, em reunião de 30 de Junho de 2010, procedeu à eleição da professora-coordenadora Maria Filomena Mendes Gaspar para o cargo de presidente da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa;

Considerando o parecer da Secretaria-Geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior no sentido de que, em face dos elementos constantes do respectivo processo eleitoral, estão satisfeitos os requisitos previstos na lei e nos Estatutos da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa para a homologação da referida eleição;

Ao abrigo do disposto na alínea *d)* do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, homologo a eleição para presidente da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa da professora-coordenadora Maria Filomena Mendes Gaspar.

7 de Setembro de 2010. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

203684759

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 14522/2010

Por despacho do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública n.º 1403/2009/SEAP, de 20 de Outubro de 2009, sobre o qual o Senhor Ministro de Estado e das Finanças exarou despacho de concordância, com o n.º 31/09/MEF, de 6 de Novembro de 2009, foi emitido parecer favorável à convalidação da autorização anteriormente concedida através do Despacho n.º 1092/09/STEF, em substituição do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, a fim de permitir que no âmbito do recrutamento para o ano de 2009 fosse utilizada a reserva constituída no procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 12388/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 14 de Julho, sem ultrapassar a quota fixada e autorizada.

Nestes termos, por meu despacho de 3 de Maio de 2010, e de acordo com o previsto na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, torna-se público que foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 1 de Maio de 2010, com a licenciada Raquel Alexandra Sampaio Santos Soares, ficando posicionada na 4.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior.

Lisboa, 28 de Maio de 2010. — O Secretário-Geral, *António Raul Capaz Coelho*.

203684945

MINISTÉRIO DA CULTURA

Gabinete do Secretário de Estado da Cultura

Despacho n.º 14523/2010

O artigo 77.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro, dispõe que os actos de classificação de bens imóveis anteriores à entrada em vigor do mesmo diploma, que correspondam materialmente às categorias de conjunto ou sítio, são objecto de revisão em conformidade com o regime do presente decreto-lei em prazo a estabelecer por despacho do membro do Governo responsável pela área da cultura, mediante proposta do IGESPAR, I. P., ouvidas as direcções regionais de cultura.

Atendendo a que a disposição legal citada obriga à revisão de mais de 900 classificações, tarefa que, por limitação dos recursos humanos existentes no IGESPAR, I. P. não é passível de ser concretizada em simultâneo com o desenvolvimento e conclusão dos procedimentos de classificação actualmente em curso, determino que o prazo para a revisão dos actos de classificação que correspondam às categorias de conjunto ou sítio não deve ser inferior a quatro anos, podendo este prazo ser renovado por igual período.

Assim, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro, e no uso das competências delegadas pela Ministra da Cultura, através do despacho n.º 431/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 4, de 7 de Janeiro de 2010, determino o seguinte:

Que o processo de revisão dos actos de classificação a que correspondam as categorias de conjunto ou sítio esteja concluído até 31 de Dezembro de 2014.

10 de Setembro de 2010. — O Secretário de Estado da Cultura, *Elisio Costa Santos Summavielle*.

203682977

Inspeção-Geral das Actividades Culturais

Despacho n.º 14524/2010

Na sequência da alteração ao Decreto Regulamentar n.º 81/2007, de 30 de Junho, operada pelo Decreto Regulamentar n.º 3/2010, de 23 de Junho, que deu lugar à publicação da Portaria n.º 559/2010, de 23 de Julho, que alterou, respectivamente, a Portaria n.º 822/2007, de 31 de Julho, que estabelece a estrutura nuclear da Inspeção-Geral das Actividades Culturais e as competências das respectivas unidades orgânicas, e a Portaria n.º 992/2007, de 27 de Agosto, que fixa o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da Inspeção-Geral das Actividades Culturais, foi contemplada na estrutura nuclear da Inspeção-Geral das Actividades Culturais, uma Direcção de Serviços de Gestão de Recursos, com o objectivo de concentrar a actividade de gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais da Inspeção-Geral das Actividades Culturais.

Considerando, agora, a necessidade de proceder à nomeação do respectivo dirigente, em regime de substituição, nos termos e para os efeitos

do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, até estar concluído o processo de recrutamento, selecção e provimento dos cargos de direcção intermédia de 1.º e 2.º graus, nos termos do disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e de modo a garantir o normal funcionamento dos serviços e a consolidação do novo modelo organizacional:

Nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a licenciada Ana Vanda de Fátima Alambre de Almeida Nunes de Matos para exercer, em regime de substituição, o cargo de Directora de Serviços da Direcção de Serviços de Gestão de Recursos desta Inspeção-Geral.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão da visada, tem ainda como suporte o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 19 de Agosto de 2010.

30 de Agosto de 2010. — O Inspector-Geral, *Lúis Silveira Botelho*.

Curriculum Vitae

Ana Vanda de Fátima Alambre de Almeida Nunes de Matos

Nascida em 2 de Julho de 1963

Habilitações académicas e profissionais

Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos pelo Instituto Superior de Matemática e Gestão;

Assessora pertencente ao mapa de pessoal da secretaria-geral do Ministério da Defesa Nacional.

Curso de Formação de Formadores e Certificação pelo IIEFP da aptidão como formadora.

Seminário de Alta Direcção, INA;

FORGEP — (25 de Setembro a 17 de Dezembro 2008).

MBA — Responsabilidade Social na Gestão de Recursos Humanos com a classificação de 18 valores.

Formação Profissional

2009, “O Trabalho em Equipa”;

2009, “Com os cidadãos, uma administração pública para o futuro”;

2009, “GeADAP- Administração do Sistema”;

2009, “O Suporte Básico de Vida com desfibrilhação automática externa”;

2009, “A Reforma da Administração Pública”;

2008, “Acção de esclarecimento sobre — O SIADAP”;

2008, “O novo SIADAP e os aspectos práticos”;

2008, “FORGEP”;

2008, Acção de esclarecimento sobre “Vínculos Carreiras e Remunerações e Regime de Contrato em Funções Públicas”;

2008, “6.º Congresso da Administração Pública: Os Grandes Passos da Reforma” — SIADAP1: Validação dos QUAR e avaliação comparada do desempenho;

2008, “Os Fundamentos Técnicos de Avaliação do Desempenho e o Novo SIADAP”;

2008, Acção de esclarecimento sobre “Regime de avaliação do desempenho”;

2008, “Qualificação para certificação em gestão de projectos (IPMA LEVEL D)”;

2008, “Os novos regimes de vinculação, carreiras e remunerações”;

2008, Seminário “Segurança, Higiene e Saúde na Administração Pública: partilha de experiências”;

2008, “Integração Estratégica de Sistemas de Gestão — Abordagem sistémica por processos”;

2007, “Acção de esclarecimento sobre — O Novo SIADAP”;

2007, “O Novo SIADAP — Avaliação do Desempenho”;

2007, “5.º Congresso Nacional da Administração Pública”;

2007, 4.ª Jornada INA para Chefias e Quadros Administrativos;

2007, Avaliação e Gestão dos Recursos Humanos da Organização da sua Mobilidade;

2007, “A Mobilidade Especial”;

2006, Workshop “A Implementação do SIADAP — Questões Emergentes”;

2006, Workshop “A Base de dados dos Recursos Humanos da Administração Pública”;

2005, Seminário Internacional sobre Sismologia;

2005, Seminário de Alta Direcção;

2005, “SIADAP”;

2005, Técnicas e Ferramentas da Qualidade;

2005, Operacionalização do Estatuto do Pessoal Dirigente;

2004, Comportamento Organizacional e Gestão da Qualidade — Ambiente e Segurança no Trabalho;

2004, O Novo Regime de Avaliação de Desempenho;

2004, Estatística: Os números, tratamentos e interpretações;

2004, Plano de Emergência Interno;

2003, Planeamento Civil de Emergência;

2003, Gestão da Higiene e Segurança no Trabalho;

2003, Procedimento Disciplinar;

2002, Auditoria de Recursos Humanos;

2002, A Reengenharia e a Gestão de Processos nas Organizações;

2002, Tecnologias da Informação e Comunicações para a Emergência e Segurança, realizado no Centro de Congressos do Estoril, com a duração de 7 horas

2002, Plano de Acção e Avaliação de Resultados;

2001, Organização para a Excelência nos Serviços Públicos;

2001, Introdução ao Access 2000, com a duração de 36 horas, realizado no Sindicato dos Quadros Técnicos, de 5 a 20 de Março

2000, A Gestão de Recursos Humanos e o Balanço Social, com a duração de 18 horas, realizado no Sindicato dos Quadros Técnicos, de 14 a 16 de Junho

1999, Curso de Gestão de Serviços Hospitalares, realizado pelo CFAP, do Departamento de Recursos Humanos da Saúde com a duração de 48 horas de 26 de Abril a 20 de Maio

1998, O Balanço Social na Administração Pública, com a duração de 12 horas, realizado no Instituto Nacional da Administração, de 4 a 5 de Maio

1998, Gestão da Administração Pública, com a duração de 72 horas, realizado no Sindicato dos Quadros Técnicos, de 2 a 4 de 9 a 11 de 16 a 18 e de 25 a 27 de Fevereiro

1998, 2.º Encontro Nacional de Inovação em Saúde, realizado pela Direcção-Geral da Saúde, a 28 e 29 de Outubro

1997, Seminário: A Vinculação à Função Pública — Nomeações, Contratos e Recibos Verdes com a duração de 12 horas, no Hotel Continental (Organizado pela Empresa E&C-Projectos Educativos e Culturais, S. A.) a 28 e 29 de Junho

1997, Curso para Técnicos Superiores Estagiários, com a duração de 120 horas, realizado no Instituto Nacional da Administração, de 24 de Março a 20 de Junho

1997, Código do Procedimento Administrativo/Aquisição de Bens e Serviços na Administração Pública e Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, com a duração de 3 horas, realizado no Departamento de Formação Contínua e Investigação do Hospital Garcia de Orta, a 3 de Novembro

1996, Curso de Excell, versão 5.0, promovido pelo Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde com a duração de 24 horas, de 20 de Maio a 23 de Maio

1996, Curso de Relações Interpessoais, com a duração de 30 horas, realizado no Sindicato dos Quadros Técnicos, de 7 a 11 de Outubro

1996, A Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas, com a duração de 12 horas, realizado no Departamento de Formação Contínua e Investigação do Hospital Garcia de Orta, de 9 a 13 de Dezembro

1994, Curso de Word para Windows, promovido pelo Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde com a duração de 30 horas, de 10 de Outubro a 14 de Outubro

1992, Curso de Lotus 123, promovido pelo Serviço de Informática do Ministério da Saúde com a duração de 30 horas, de 14 de Outubro a 18 de Outubro

1989, 3.º Programa de Aperfeiçoamento em Secretariado, promovido pelo Departamento de Formação Permanente dos Hospitais Cívicos de Lisboa, com a duração de 30 horas, de 30 de Maio a 2 de Junho

Acções como Formadora

Projectos e Modelos de Recursos Humanos aplicados no Sector da Saúde — O Balanço Social como Instrumento de Gestão de Recursos Humanos, ministrado no Departamento de Formação Contínua e Investigação do Hospital Garcia de Orta.

Autora de comunicação pública — 6.º Congresso da Administração Pública: Os Grandes Passos da Reforma — SIADAP1: Validação dos QUAR e avaliação comparada do desempenho

Experiência Profissional

Chefe de Divisão de Gestão de Recursos, em regime de substituição, da Inspeção-Geral das Actividades entre 1 Março até 18 de Agosto.

Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional desde 1 de Setembro de 2007 até 28 de Fevereiro de 2010.

Chefe de Divisão de Organização e Recursos Humanos, do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil de 13 de Agosto de 2004 a 23 de Setembro de 2006.

Inspectora-Adjunta do Gabinete de Inspeção (equiparada para todos os efeitos a chefe de divisão) do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, de 27 de Maio de 2003 a 13 de Agosto de 2004.

Chefe de Divisão do Núcleo de Apoio Técnico, do extinto Serviço Nacional de Protecção Civil, de Setembro de 2002 a Maio de 2003.

Assessoria técnica na área de planeamento e recursos humanos ao Conselho de Direcção e Coordenação das Áreas de Recursos Humanos e Assuntos Gerais, do Instituto Geográfico Português.